



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Covilhã | Portugal

Plano de Atividades e Orçamento para 2015



Índice

INTRODUÇÃO	5
I - EIXOS ESTRATÉGICOS E MEDIDAS.....	7
A) CUMPRIMENTO DA MISSÃO	9
1. Valorização do Ensino-Aprendizagem	9
2. Consolidação da Dinâmica de Investigação	11
3. Reorganização dos Serviços	13
b) DINAMIZAÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA.....	19
4. Governação e Gestão Interna	19
5. Afirmação da Identidade da UBI.....	20
6. Apoio Social	21
c) COMPROMISSO COM A REGIÃO	25
7. Projetos e Transferência de Conhecimentos	25
8. Articulação Regional e Nacional.....	28
d) INTERNACIONALIZAÇÃO.....	29
9. Captação de Estudantes e Investigadores Estrangeiros	29
9.1 Estudantes.....	29
9.2. Professores e Investigadores.....	30
II - ORÇAMENTO	31
1. ENQUADRAMENTO	31
1.1. Ensino superior	31
1.2. Ciência.....	32
1.3. Recrutamento de Recursos Humanos.....	33
1. 4. Financiamento das Universidades Portuguesas.....	35
2. ORÇAMENTO DA UBI PARA 2015	37
2.1. Linhas Orientadoras.....	37
2.2. Financiamento da UBI	39
2.3. Orçamento da UBI.....	40
2.4. Orçamento dos S.A.S.U.B.I.....	48
3. MAPAS DE PESSOAL.....	53
3.2. Mapas de Pessoal dos SASUBI	54



Índice de Tabelas

Tabela 1 - Evolução da dotação OE para o Orçamento de Funcionamento das Universidades Públicas - 2005 a 2014	35
Tabela 2 - Evolução real da Dotação OE até 2012 - atualizações salariais e contribuições CGA em 2013 - Diminuição no financiamento devido a reduções salariais e cativações	39
Tabela 3 - Despesa 2015.....	42
Tabela 4 - Receita inscrita 2015	43
Tabela 5 - Mapa da Origem de Fundos - 2009 a 2015	44
Tabela 6 - Mapa da Aplicação de Fundos	45
Tabela 7 - Evolução da Execução orçamental SASUBI.....	48
Tabela 8 - Receita SASUBI - variação 2014-2015.....	49
Tabela 9 - Despesa SASUBI - variação 2014-2015	50
Tabela 10 - Pessoal Docente	53
Tabela 11 - Pessoal não Docente.....	54
Tabela 12 - Pessoal SASUBI	54



Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução da dotação OE para o Orçamento de Funcionamento das Universidades Públicas - 2005 a 2013	36
Gráfico 2 - Dotação atribuída 2015	41
Gráfico 3 - Relação entre dotação OE 2015 e total de despesas com pessoal, remunerações certas e permanentes e receita OE.	41
Gráfico 5 - Origem de Fundos - 2009 a 2015	44
Gráfico 6 - Aplicação de Fundos	45
Gráfico 7 - Estrutura da Receita - Comparação 2014 vs. 2015.....	46
Gráfico 8 - Receita 2014 vs. 2015	46
Gráfico 9 - Despesa 2014 vs. 2015	47
Gráfico 10 - Receita SASUBI - variação 2014-2015.....	49
Gráfico 11 - Despesa SASUBI - variação 2014-2015	51



INTRODUÇÃO

O Plano de Atividades para 2015 propõe-se tornar a UBI uma universidade mais robusta, tanto de um ponto de vista pedagógico e científico, como de um ponto de vista organizacional e financeiro. Desde logo melhorando as condições de ensino e aprendizagem na UBI, prosseguindo o estímulo e apoio à investigação científica e também a valorização dos docentes na carreira académica, e depois ao consolidar a reorganização dos serviços operada em 2014 e porfiar num adequado financiamento público da UBI, determinado por uma fórmula clara e justa de financiamento das instituições de ensino superior públicas portuguesas. É um plano de atividades empenhado em fazer mais e melhor em ambiente adverso. Com efeito, o plano foi elaborado tendo por base um cenário já conhecido e amplamente divulgado nas mais recentes intervenções do Reitor: a estagnação do número de estudantes colocados no Concurso Nacional de Acesso e a manutenção do subfinanciamento crónico da UBI, agravado com repetidos cortes.

A manutenção dos constrangimentos já referidos obriga a universidade a procurar novos mercados e fontes de financiamento complementares ao Orçamento de Estado. No primeiro caso, as propostas passam pela captação de alunos internacionais e pela oferta de formações não conferentes de grau que respondam às necessidades formativas da região e, simultaneamente, se constituam como fonte de financiamento e como ferramenta formativa com capacitação de recursos humanos que possam atrair novas empresas. Por outro lado, a equipa reitoral passou a integrar um pró-reitor exclusivamente dedicado à relação com as empresas e à promoção de candidaturas ao Horizonte 2020, procurando desta forma encontrar no quadro dos programas europeus alternativas de financiamento.

O documento que agora se apresenta fundamenta-se nas orientações políticas e estratégicas estabelecidas nas Grandes Opções do Plano para 2015, na Estratégia EU 2020, no Plano de Desenvolvimento Estratégico para a Universidade da Beira Interior 2012-2020 e no Plano de Ação Reitoral 2013-17.



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Covilhã | Portugal



I - EIXOS ESTRATÉGICOS E MEDIDAS

O Plano de Ação 2013-17 identificou três eixos no âmbito dos quais o reitor orienta a sua ação, tendo o Plano de Atividades para 2014 acrescentado um quarto, a internacionalização, que passa a integrar todos os Planos de Atividades do mandato.

No primeiro ano do mandato, algumas das atividades incluídas nestes eixos registaram avanços acima das expectativas, pelo que neste segundo ano entrarão já em fase de consolidação. Um exemplo desta realidade é a reorganização dos serviços. Introduzidas as alterações previstas, verificou-se que os serviços se adaptaram rapidamente à nova forma de funcionamento, antecipando os resultados previstos. A reorganização dos serviços, em conjunto com a aprovação de um novo Regulamento Orgânico, permitiu normalizar o funcionamento da UBI e ganhar eficácia nos sectores intervencionados.

A nível externo, o melhor exemplo dos avanços conseguidos está na articulação regional e nacional. Ao longo deste primeiro ano, a UBI tem funcionado como polo agregador dos vários atores regionais. A elaboração da Carta de Compromisso da Beira Interior, que incluirá as duas Comunidades Intermunicipais (CIMs) da região, os Institutos Politécnicos da Guarda e Castelo Branco, as Associações Empresariais e as Unidades de Saúde, é o melhor exemplo do papel aglutinador da UBI, que tem igualmente desenvolvido um importante trabalho ao nível da articulação entre os hospitais da região.

Tal como foi referido no Plano anterior, o desenvolvimento dos quatro eixos de ação depende, em grande medida, da participação de toda a comunidade universitária. Por isso mesmo, ao longo do ano foram promovidas diversas atividades tendentes a estimular esse envolvimento, materializado no aumento da frequência das reuniões do Senado, visitas do reitor e dos membros da equipa a todos os sectores da UBI, almoços informais com professores, apoio à dinamização da Casa de Pessoal e atividades de convívio dirigidas a toda a comunidade.

É nossa convicção que, graças a estas medidas, existe hoje um forte empenho da comunidade na defesa da UBI e que estamos mais preparados para os desafios do futuro.



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Covilhã | Portugal



A) CUMPRIMENTO DA MISSÃO

1. Valorização do Ensino-Aprendizagem

O processo de ensino-aprendizagem tem o lugar central na vida de uma instituição de Ensino Superior. A localização periférica da UBI, identificada como uma desvantagem na captação de alunos, deve ser transformada numa oportunidade para quem pretende estudar e investigar num espaço de aprendizagem mais intensa. A oferta de uma formação humana, cultural, científica e tecnológica encontra nesta geografia as condições ótimas para quem procura mais do que um mero diploma.

Para isso os professores deverão assumir um novo protagonismo, despertando as mentes dos estudantes para a curiosidade científica, estimulando-os ao estudo sério e continuado, incentivando o empreendedorismo e desenvolvendo boas práticas de ensino, em alternativa ao processo rotineiro de despachar aulas e de fazer avaliações sem chama e sem alma.

Deverão igualmente explorar a capacidade, só possível numa universidade de menor dimensão, de oferecer um ensino de proximidade, personalizado e marcado pela informalidade. Esta característica, que atualmente já distingue a UBI das universidades de maior dimensão, deve ser aprofundada e assumida como uma vantagem competitiva.

O empenho de professores e alunos é fundamental para a criação de um bom ambiente no ensino-aprendizagem, mas os recursos materiais e laboratoriais são igualmente essenciais. Apesar das limitações orçamentais, deverá ser reforçado o apoio à renovação dos equipamentos.



Com esses objetivos, no ano de 2015 propõe-se concretizar as seguintes ações:

- | | |
|-------|--|
| A1.1. | Aprovação de um novo Regulamento Académico. |
| A1.2. | Continuação da renovação dos equipamentos laboratoriais. |
| A1.3. | Criação de salas de trabalho para grupos de estudo nas faculdades onde ainda não existem. |
| A1.4. | Melhoria dos processos burocráticos associados ao ensino, procurando-se reduzir o tempo gasto pelos docentes nestes processos. |
| A1.5. | Continuação da política de criação de Cursos Não Conferentes de Grau dirigidos às comunidades interna e externa. |
| A1.6. | Regulamentação do Ano Zero para estudantes com o 12º ano completo, mas sem condições de ingresso. |
| A1.7. | Preparação e acompanhamento das visitas das Comissões de Avaliação Externa. |



2. Consolidação da Dinâmica de Investigação

A UBI, como instituição de ensino superior de cariz universitário, tem como missão ser um centro de ciência, apontando a um entrelaçar - fortalecido em estratégias de apoio à inovação - das relações entre investigadores, instituições e empresas. Em particular, alicerçando as práticas decorrentes do cumprimento desta componente da sua missão nos seus cursos de formação avançada, como são os de terceiro ciclo conducentes ao grau de doutor.

Em 2014, o ICI - Instituto Coordenador da Investigação apoiou as candidaturas a projetos e programas de bolsas científicas, assim como programas doutorais, em particular no âmbito da FCT. Igualmente, apoiou o processo de registo e submissão das unidades de investigação e desenvolvimento (UID) da UBI (incluindo novas unidades) ao processo de avaliação que decorreu em 2014, o qual conduzirá ao posterior financiamento das UID nos triénios 2015-2016-2017, com avaliação intermédia em 2017, e contextualizando o processo em 2018-2019-2020, promovido pela FCT e conduzido pela ESF. As UID existentes também procederam à submissão para financiamento em 2014 ao abrigo do financiamento "PEst" (Projeto Estratégico) e Programa Incentivo 2014-2015. O financiamento para 2015-2017 (e eventualmente em 2018-2020) estará subjacente aos fundos de financiamento base, estratégico e fundos de reestruturação a serem disponibilizados pela FCT, mediante regulamento ainda não disponível, conforme informação veiculada no site da FCT¹.

Para 2015 são propostas as seguintes ações no quadro de um entrelaçamento gradual entre atividades de investigação e de formação avançada, tendo em perspetiva objetivos de inovação e empreendedorismo:

¹Cf. <https://www.fct.pt/apoios/unidades/faq.phtml.pt>
<https://www.fct.pt/apoios/unidades/avaliacoes/2013/incentivoreestruturacao.phtml.pt>



A2.1.	Promoção de mais concursos para professor Associado ou Catedrático, dentro dos limites orçamentais, com o objetivo de dotar a UBI de um corpo docente academicamente reconhecido, para valores gradualmente aproximados da média nacional e menos distantes do preconizado pelo RJIES.
A2.2.	Instituição de bolsas de investigação, em particular de incentivo para início de doutoramento, atribuídas pelo ICI e apoiadas em convénio por mecenato (e.g., Santander).
A2.3.	Implementação gradual da Escola Doutoral da UBI, no quadro do ICI, apoiado numa comissão de acompanhamento constituída por representantes da sociedade empresarial, preferencialmente.
A2.4.	Dotação do ICI e Escola Doutoral, de orçamento próprio assim como meios para recolher, competitivamente, uma parte de recursos por via de <i>overheads</i> , aprovados previamente pelo Conselho de Gestão.
A2.5.	Dotação do ICI e Escola Doutoral de página Web incluída na da UBI, com informação sobre as chamadas a projetos, com os projetos em curso e as UID presentes, lista de temas para doutoramento, num entrelaçamento gradual entre investigação e doutoramentos, apontando a inovação e empreendedorismo, onde aplicável.
A2.6.	Dotação do ICI e Escola Doutoral de uma ferramenta de bibliometria em consórcio com outras universidades.
A2.7.	Integração gradual dos 3 ^{os} Ciclos de Estudo no âmbito das competências e atividades da Escola Doutoral e ICI (cf. A2.3).
A2.8.	Incentivo e apoio à submissão às candidaturas aos programas Investigadores FCT 2015, bolsas FCT (BD, BPD, BDE), programas doutorais e de investigação a disponibilizar pela FCT, nos diferentes níveis.
A2.9.	Reforço das diversas equipas de apoio ao acompanhamento de Projetos.
A2.10.	Promoção de workshops sobre elaboração de candidaturas a projetos competitivos internacionais, em particular o HORIZON 2020.
A2.11.	Estabelecimento de parcerias com entidades académicas, autárquicas e empresariais em candidaturas conjuntas aos fundos 2014-2020 (RIS 3).
A2.12.	Promoção de uma a duas 'Summer School' (ou similares durante o ano letivo) em várias temáticas, rotativamente, percorrendo os vários anos de forma a cobrir a lista de temas identificada com as áreas de saber que a UBI engloba, quando aplicável e com aprovação no conselho científico do ICI.
A2.13.	Promoção de um centro Ciência Viva para divulgação da ciência e tecnologia, cultura e valores da UBI, em articulação com entidades académicas, autárquicas e empresariais em candidatura conjunta.



3. Reorganização dos Serviços

Tal como foi referido anteriormente, a reorganização dos serviços está em fase de consolidação. No entanto, o processo de melhoria é dinâmico e os serviços devem estar preparados para responder aos novos desafios que surgem todos os dias. Para isso, a proximidade com os utentes é essencial, pelo que deve ser reforçada a aposta na abertura de canais que permitam a docentes e não docentes participarem na melhoria dos serviços prestados pelos vários sectores.

Com essa finalidade, em 2015 serão desenvolvidas as seguintes ações:

3.1. Serviços Académicos

Após um primeiro ano dedicado essencialmente à renovação do espaço físico dos Serviços Académicos, melhorando as condições de trabalho e o atendimento pessoal, neste segundo ano o foco estará no atendimento não presencial.

Embora os tempos de espera nos SA tenham sido reduzidos de forma significativa, ainda é possível melhorar esta vertente, desmaterializando alguns processos que atualmente exigem a presença nos serviços. Pretende-se, por isso, introduzir um conjunto de melhorias nos sistemas de apoio telefónico e on-line, procurando minimizar as deslocações a este serviço.

Paralelamente, no próximo ano continuará o processo de atualização da regulamentação em vigor, procurando-se uma melhor adaptação à realidade atual.

A3.1.1. Melhoria dos processos de candidatura e renovação de matrícula online.

A3.1.2. Simplificação da entrega do processo académico no Balcão Virtual.

A3.1.3. Implementação de um sistema de atendimento telefónico que reduza os tempos de espera.

A3.1.4. Melhoria do sistema de controlo de qualidade do serviço prestado presencialmente.

A3.1.5. Colocação em funcionamento de um sistema de controlo de qualidade para o atendimento online.

A3.1.6. Desenvolvimento da aplicação mUBI para o sistema iOS.

A3.1.7. Integração de todos os requerimentos dirigidos aos SA no GDUBI.

A3.1.8. Elaboração de um calendário anual com todos os prazos académicos.



3.2. Biblioteca - Serviços de Documentação

No último ano, depois de nomeado um diretor, a Biblioteca da UBI dotou-se de um novo Regulamento, instrumento fundamental para uma gestão eficaz.

Deste modo, conseguiu-se melhorar de modo notório os processos e o ambiente nos vários polos da Biblioteca, especialmente na Biblioteca Central, onde o horário também foi alargado aos fins de semana. No dia 21 de Outubro de 2014, o Conselho Geral da UBI aprovou a proposta do Reitor para a elevar ao estatuto de Biblioteca – Centro de Documentação, integrando, assim, também os Serviços Gráficos.

Há agora que consolidar o que foi já feito e prosseguir processos de melhoria contínua. Deste modo, a Biblioteca propõe-se implementar as seguintes medidas:

A3.2.1.	Continuação da promoção e manutenção de um ambiente de silêncio e de estudo individual nas Salas de Leitura, de acordo com as regras vigentes no <i>Regulamento</i> da Biblioteca.
A3.2.2.	Implementação do funcionamento dos torniquetes reguladores do acesso eletrónico às Salas de Leitura.
A3.2.3.	Criação de novos espaços de Arquivo e de Leitura na Biblioteca Central, dando continuidade ao que, neste aspeto, já foi feito durante o ano transato.
A3.2.4.	Colaboração com o Museu de Lanifícios da UBI para construção de um Catálogo integrado.
A3.2.5.	Melhoria das funcionalidades do <i>Backoffice</i> e do <i>Frontoffice</i> do catálogo e da página Web da Biblioteca.
A3.2.6.	Estabelecimento de parcerias com outras Instituições, em especial com o Centro Hospitalar Cova da Beira, a Câmara Municipal da Covilhã e a Biblioteca Municipal da Covilhã, para desenvolvimento de laços de cooperação.
A3.2.7.	Cooperação com outras Bibliotecas universitárias e/ou escolares da região para dinamização de ações realizadas pela/com a BIB, cativando já alunos do secundário para a Biblioteca da UBI.
A3.2.8.	Prossecução da reorganização espacial e funcional dos Serviços Gráficos, concluindo a sua integração formal e material, como Tipografia, na Biblioteca - Centro de Documentação.
A3.2.9.	Conclusão das obras de melhoramento na Biblioteca, nos vários polos, em especial na BC e no seu Auditório.
A3.2.10.	Promoção da organização de eventos abertos à comunidade académica e extra-académica.



A3.3. Serviços Técnicos

Os STUBI têm uma intervenção claramente transversal e de suporte praticamente à totalidade das atividades da Universidade, tendo como competências gerais a gestão dos recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, a definição dos objetivos de atuação dos Serviços com vista à execução dos planos de atividade, a avaliação e orientação do desempenho e eficiência dos diversos sectores dependentes, a coordenação das atividades e da qualidade técnica dos serviços prestados.

Terminada a grande fase de expansão física da UBI, os STUBI têm vindo a orientar-se para continuar a assegurar as tarefas básicas de manutenção, conservação e reabilitação das instalações e de todo o seu património. Tendo em conta a natural e progressiva degradação dos edifícios da UBI, a manutenção (preventiva e curativa) torna-se indispensável, pelo que é necessário traçar planos de intervenção periódica anual para manter e evitar a degradação patrimonial da instituição.

Como objetivos estratégicos, os Serviços Técnicos devem contribuir para a redução do número de intervenções de reparação, através do aumento do número de intervenções na área da manutenção preventiva. Além disso, é sua atribuição desenvolver projetos de eficiência energética e contribuir para uma melhoria global da qualidade de vida na UBI.

Dentro de um conjunto de trabalhos para 2015, destacam-se os seguintes:

A3.3.1.	Aumento da eficiência energética - Auditorias energéticas aos edifícios, estudo de medidas de redução do consumo de energia - Estabelecimento de parcerias com empresas do sector.
A3.3.2.	Gestão das intervenções na infraestrutura, garantindo, com os recursos disponíveis, o melhor suporte às atividades de ensino e de investigação.
A3.3.3.	Aumento da eficiência nas prestações de serviços internos nas áreas da construção civil, eletricidade, mecânica, segurança, higienização, AVAC e jardinagem.
A3.3.4.	Reforço da estrutura de saúde e segurança, melhorando as condições de trabalho nas infraestruturas pedagógicas e de investigação, bem como dos processos de monitorização associados.
A3.3.5.	Dinamização do gabinete de Segurança Higiene e Saúde no Trabalho e elaboração de manuais de prevenção de riscos dos vários laboratórios da Universidade.



A3.4. Serviços de Informática

Os Serviços de Informática sucedem ao Centro de Informática, exercendo as suas competências no domínio da informática, dos sistemas de informação, das comunicações e tecnologias audiovisuais e multimédia, incluindo o apoio às atividades de ensino, investigação e extensão, à informatização geral da universidade, à promoção e divulgação das novas tecnologias de informação, bem como no apoio aos utilizadores, numa lógica de processos de prestação de serviços.

Com esta reorganização, os SI pretendem melhorar substancialmente a qualidade dos serviços prestados, nomeadamente: Assegurar níveis de resposta às solicitações do utilizador de elevada qualidade; Assegurar elevados níveis de disponibilidade das infraestruturas críticas; Consolidar as infraestruturas e unificar os serviços de TIC na universidade.

- | | |
|---------|---|
| A3.4.1. | Elaboração dos regulamentos dos serviços prestados; reestruturar o <i>Active Directory</i> . |
| A3.4.2. | Definição do plano de <i>Disaster/Recovery</i> . |
| A3.4.3. | Desenvolvimento de melhorias para a plataforma Serviços Académicos, incluindo o novo sistema de criação de cursos com interoperabilidade com a plataforma A3ES. |
| A3.4.4. | Desenvolvimento de novas aplicações (Gestão e Monitorização dos Projetos, Plataforma de Alojamento para os SASUBI). |
| A3.4.5. | Implementação do projeto piloto com <i>SQL Server 2014</i> e preparação das migrações dos sistemas atuais. |
| A3.4.6. | Implementação do novo <i>software</i> do serviço de Suporte e <i>Helpdesk</i> . |
| A3.4.7. | Implementação de projetos piloto de <i>IPv6</i> . |
| A3.4.8. | Substituição gradual dos <i>Wireless Aps</i> por equipamentos de última geração. |
| A3.4.9. | Migração progressiva para a Cloud de serviços de e-learning e substituição de hardware mediante recurso a VDIs (Virtual Desktop Infrastructure). |

A3.5. Qualidade

O plano de ação do Reitor 2013-2017 assume em 2.2 como objetivo a *perceção das tendências das diferentes envolventes da universidade e propõe a criação de uma unidade de estudos e prospetiva junto do Gabinete de Qualidade*, em 2014-2015.



Assim, irão ser implementadas as seguintes ações:

A3.5.1. Publicação de indicadores, recolha de informação, realização de estudos e divulgação de resultados, para apoio aos órgãos de gestão, análise de posicionamento e planeamento de estratégia.

Em 2015, a UBI procurará manter o nível de organização conseguido em 2014 nos aspetos processuais inerentes à criação, alteração, cessação, avaliação e *follow-up* de ciclos de estudos. Intentará ainda melhorar o processo de autoavaliação dos ciclos de estudo em funcionamento. A experiência acumulada ao longo do ciclo de avaliação planeado pela A3ES confirma a importância do adequado preenchimento dos guiões de autoavaliação.

Assume-se:

A3.5.2. A atualização e o aumento do número dos textos da responsabilidade do GQ por forma a refletirem coerência nos aspetos funcionais e organizacionais da UBI e a evidenciarem uma identidade própria.

A3.5.3. A realização de uma reunião de preparação para a autoavaliação, com partilha de experiências de professores da UBI, peritos na A3ES, a agilização face às solicitações e a monitorização permanente do preenchimento dos guiões a um mês da sua submissão.

A3.5.4. O registo na DGES, a publicação em DR e a atualização no Sistema de Informação da UBI, de todas as alterações e criações de ciclos de estudos, para entrarem em funcionamento em 2015/2016.

Na sequência da revisão dos inquéritos pedagógicos da UBI, continuar-se-á a promover ações de sensibilização junto da AAUBI, dos núcleos de estudantes, das Comissões de Curso, para a importância do seu preenchimento para aferição da qualidade das UC e do desempenho dos docentes.

Tendo também como objetivo a melhoria do processo ensino/aprendizagem, destacam-se para 2015:

A3.5.5. A aplicação e análise de conteúdo dos Relatórios anuais dos ciclos de estudos.

A3.5.6. A realização de ações de formação de docentes, tendo por base o levantamento das necessidades efetuado em 2014.



Continuarão a ser perseguidos maiores níveis de qualidade nos serviços e nas estruturas de suporte, a partir do levantamento das debilidades constatadas em auditorias internas, da avaliação do grau de satisfação da comunidade académica e da análise das reclamações. No entanto, pretende-se alargar o âmbito do Sistema de Qualidade da UBI (SQUBI) às áreas fundamentais da missão: ensino-aprendizagem, investigação e ligação à comunidade. Isto permitirá assegurar o funcionamento do sistema interno de garantia de qualidade, corroborará na criação de canais de comunicação interna e externa e contribuirá para a concretização de um sistema integrado de gestão, definindo padrões de alerta relativamente às dimensões de análise fundamentais e possibilitando a implementação de ações direcionadas para a obtenção de resultados.

A UBI apostará na:

- A3.5.7.** Normalização, atualização e acessibilidade da informação.
- A3.5.8.** Certificação de qualidade nas infraestruturas que asseguram prestações de serviço à comunidade.
- A3.5.9.** Revisão e consolidação do SQUBI, perspetivando a candidatura, junto da A3ES, para a certificação do sistema interno de garantia de qualidade.



b) DINAMIZAÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

4. Governação e Gestão Interna

A recente aprovação do Regulamento Orgânico da UBI foi antecedida de uma profunda reflexão sobre o papel dos vários sectores da Universidade. Nesse período foi possível repensar o relacionamento intersectorial, procurando-se maximizar as vantagens da organização matricial. No atual panorama de restrições financeiras, os ganhos de eficiência são fundamentais para equilibrar o Orçamento sem recurso à dispensa de pessoal.

Após o período de reorganização, o desafio consiste agora na aposta pela qualificação dos recursos humanos e pelo aperfeiçoamento dos sistemas de informação.

Para 2015 estão previstas as seguintes ações:

- | | |
|--------------|---|
| A4.1. | Elaboração de um programa anual de formação interna |
| A4.2. | Aperfeiçoamento dos canais de comunicação e do sistema de Gestão de Documentação internos |



5. Afirmação da Identidade da UBI

O reforço da identidade depende da solidez dos laços de interesse, que unem as instituições à comunidade. No caso da UBI o interesse da aproximação à comunidade assenta numa adequada interligação das suas valências e do desempenho conseguido nas várias vertentes de ação. Quer se trate de uma Faculdade, Departamento, Curso, Centro ou Serviço, cada um deve entender essa tarefa como um desafio que exige superação, na perspetiva de a UBI se tornar uma referência nacional devendo ser motivo de orgulho para todos.

Para que existam interesses e objetivos mútuos numa comunidade é fundamental que cada um conheça os espaços e as pessoas que a constituem. Por isso mesmo, o primeiro grande desafio é a UBI dar-se a conhecer melhor à comunidade.

Para 2015 estão previstas as seguintes ações:

A5.1.	Dinamização dos espaços sociais com a organização de momentos de convívio entre docentes e não docentes.
A5.2.	Abertura das instalações da UBI para a organização de eventos culturais e desportivos abertos à comunidade envolvente.
A5.3.	Remodelação do espaço de receção da Portaria no Polo 1 da UBI.
A5.4.	Estudo e proposta de uma nova imagem gráfica da UBI.
A5.5.	Apoio à organização de encontros de Antigos Alunos da UBI noutras regiões do país.
A5.6.	Edição de uma agenda mensal de atividades culturais a decorrer na UBI e nos concelhos vizinhos.
A.5.7.	Renovação do portal da UBI, adotando uma arquitetura de informação mais direcionada para os diferentes públicos e com uma integração completa dos diferentes serviços: balcão virtual, RAD, Moodle, Intranet.
A5.8.	Dinamização de pontos de venda de merchandising da UBI nos vários polos.
A5.9.	Reforço da presença em feiras vocacionais, envolvendo mais os alunos na promoção da UBI.
A5.10.	Criação da Academia Júnior de Ciências na UBI, onde entrarão os melhores alunos de ciências das Escolas Secundárias da região, a fim de estimular o gosto pelo estudo das ciências exatas e engenharias.



6. Apoio Social

A conceção da universidade como comunidade tem implícita a existência da Ação Social. Residências, cantinas, bolsas de estudo e apoios à cultura, à saúde e ao desporto complementam as salas de aula, bibliotecas e laboratórios, num todo fundamental para o bom desempenho escolar.

A Ação Social assume particular importância no cenário de grandes dificuldades económicas para as famílias portuguesas, pelo que a Universidade tudo deve fazer para evitar o abandono escolar, oferecendo condições para que todos os estudantes tenham iguais condições de estudo.

O ensino universitário projeta-se para além da sala de aula. A base de uma sociedade democrática é a formação dos seus cidadãos, mas também o conhecimento resultante da participação em eventos culturais e desportivos e da colaboração em organizações. É, por isso, dever da universidade apoiar as atividades organizadas pelos departamentos, pela associação académica e pelos núcleos, mas também as instituições culturais e desportivas da região. A interação dos professores e estudantes com a sociedade regional e o envolvimento dos departamentos na resolução de problemas locais estimulam uma cidadania ativa, fortalecem os laços da universidade com a região e criam um ambiente acolhedor para os estudantes deslocados.

As ações de cariz social previstas para 2015 são as seguintes:

A6.1. No Sector de Bolsas

- | | |
|----------------|--|
| A6.1.1. | Aumento da visibilidade do sector de apoio à candidatura a bolsas de estudo e ao Fundo de Apoio Social. |
| A6.1.2. | Continuidade do processo de simplificação da formalização de candidaturas a bolsa de estudos, promovendo a transparência e comparabilidade, em termos nacionais, dos processos de gestão de bolsas, através da aplicação da plataforma eletrónica de Gestão de Bolsas da DGES. |
| A6.1.3. | Reforço das verbas do Fundo de Apoio Social de forma a acudir a casos de emergência social não resolvidos por atribuição de bolsas. |
| A6.1.4. | Remodelação do arquivo do sector de bolsas. |



A6.2. Sector de Alimentação e Nutrição

	Elaboração de planos de ação de curto prazo, de forma a aperfeiçoar as condições do serviço de alimentação, visando a melhoria da qualidade alimentar:
A6.2.1.	<ul style="list-style-type: none">• fornecimento de refeições equilibradas e saudáveis, tendo em consideração as necessidades alimentares e gostos da população alvo;• realização de semanas temáticas, de modo a promover produtos da região, novos alimentos e culturas gastronómicas diferentes.
A6.2.2.	Promoção de ações de sensibilização para uma alimentação saudável junto da comunidade académica.
A6.2.3.	Promoção de ações de formação e sensibilização ao pessoal deste sector, visando a melhoria do serviço prestado.
A6.2.4.	Redimensionamento dos espaços de alimentação, ajustando cada unidade prestadora de serviços à procura expressa, através da gestão equilibrada do pessoal, das ementas e dos horários.
A6.2.5.	Reparação/requalificação de instalações e equipamentos de restauração.
A6.2.6.	Continuidade da implementação das normas HACCP, melhorando a qualidade do serviço prestado nas instalações e contribuindo para a certificação das atividades alimentares.
A6.2.7.	Continuidade do Projeto "Rede de Alimentação Saudável: na Universidade e nas Escolas" em conjunto com escolas da região, formalizando protocolos.
A6.2.8.	Abertura de uma Loja de Conveniência (mercearia) junto à Cantina de Santo António.

A6.3. Sector de Alojamento

A6.3.1.	Criação de Conselhos de Residência, compostos por residentes, que funcionarão como órgãos consultivos para as questões relativas às respetivas residências universitárias.
A6.3.2.	Requalificação das residências universitárias, através da beneficiação das instalações, nomeadamente em espaços comuns de estudo ou lazer, melhoria do conforto, da higiene e da segurança residencial, assim como a reabilitação de quartos degradados.
A6.3.3.	Revisão de regulamentos e informações internas nas residências de estudantes.
A6.3.4.	Elaboração de planos de segurança de todos os edifícios dos SASUBI (manutenção) e revisão dos sistemas de segurança e de incêndio.
A6.3.5.	Estabelecimento de um Plano de Manutenção, gerido pelo SigTEC da UBI ou outro, e elaboração de um plano plurianual de manutenção de edifícios e correta manutenção dos equipamentos e materiais existentes, de acordo com as disposições legais vigentes, adotando as normas certificadoras da qualidade e eficiência energética.
A6.3.6.	Introdução de um programa de gestão integrado da Rede de Alojamento com a possibilidade de gerir candidaturas, pedidos de reserva de estudantes e a respetiva conta corrente.
A6.3.7.	Planeamento da introdução de controlo eletrónico de acessos dos utentes às residências e quartos, através do cartão da UBI.



A6.4. Sector de Atividades Culturais e Desportivas

A6.4.1.	Reorganização do sector de desporto, com o Departamento de Ciências de Desporto a assumir a coordenação técnica do sector.
A6.4.2.	Realização de atividades desportivas de competição, ocupação de tempos livres ou de lazer e culturais, de forma a promover a oferta desportiva e capitalizar a imagem da instituição e da região a nível nacional e internacional.
A6.4.3.	Preparação de uma candidatura a um evento desportivo universitário europeu e/ou mundial na Covilhã.
A6.4.4.	Equiparação das atividades culturais às desportivas em termos de financiamento, tendo por base o regulamento de apoio a atividades extracurriculares da UBI (GRP) e as diretivas da equipa reitoral.
A6.4.5.	Revisão dos protocolos de cooperação institucional e desportiva entre a UBI e federações nacionais, associações distritais, clubes de dimensão nacional.
A6.4.6.	Melhoria das infraestruturas desportivas, através da modernização dos pavilhões gimnodesportivos (reparação de coberturas, balneários, piso e bancadas).
A6.4.7.	Elaboração de projetos para construção de novas unidades desportivas.

A6.5. Sector de Apoio Psicológico e Empreendedorismo Social

A6.5.1.	Revitalização do Gabinete de Apoio Psicológico e Empreendedorismo Social, criando uma consulta de Psicologia Clínica para alunos e uma consulta de Psicologia Social, para apoio e orientação de alunos.
A6.5.2.	Ampliação do âmbito de atuação dos serviços: na área da saúde (consultas de fisioterapia e dentária, por exemplo); realização de rastreios à obesidade/nutricional.
A6.5.3.	Criação de condições para uma distribuição do horário laboral, ajustado às necessidades familiares dos funcionários.

A6.6. Imagem

A6.6.1.	Conceção e implementação de estratégias de divulgação e informação de todos os serviços sociais prestados e promoção de uma comunicação interna e externa de qualidade na relação com os públicos.
A6.6.2.	Divulgação dos programas organizados e serviços prestados pelos SASUBI junto da comunidade académica local e regional (Campo de férias, Gymkids, Gymteens, entre outros).



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Covilhã | Portugal



c) COMPROMISSO COM A REGIÃO

No Plano de Ação Reitoral 2013-2017 foi dada especial ênfase à ligação da UBI com a região da Beira Interior. A UBI assume uma política ativa de cooperação com os atores locais e regionais pelo estabelecimento de canais adequados de articulação institucional, através dos quais possa constituir-se como eixo de redes de desenvolvimento e de intermediação entre a região e os planos nacional e internacional. A Carta de Compromisso sobre o desenvolvimento do território das CIMs Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela, designada "Uma plataforma de convergência pelo progresso económico e social", que a UBI propôs aos outros atores regionais, é um instrumento para uma maior integração e coesão da região da Beira Interior.

7. Projetos e Transferência de Conhecimentos

7.1 Gabinete de Inovação e Desenvolvimento

O desenvolvimento de projetos e a transferência de conhecimento para a sociedade são uma das missões da UBI. Estas atividades de interface permitem criar alternativas de financiamento, num momento de grande restrição financeira do plano orçamental, de modo a contribuir para manter o equilíbrio da situação financeira da UBI.

A captação de receitas próprias depende em grande medida do sucesso das candidaturas a projetos submetidas pelos investigadores e da prestação de serviços especializados às empresas e outras entidades, públicas e privadas. Para apoiar este processo, o Gabinete de Inovação e Desenvolvimento - através do GAPPI (apoio a projetos) e do GPP (gestão de programas e de projetos) - dinamiza e apoia tecnicamente a formulação de candidaturas aos vários programas nacionais e internacionais, de investigação e desenvolvimento, de formação e de mobilidade, e acompanha a sua execução financeira.

Outra forma a considerar para a captação de recursos financeiros consiste na transferência de tecnologia e inovação gerada pelas atividades decorrentes da



investigação na UBI, valorizando e comercializando os direitos da Propriedade Industrial. O GAPPI, responsável por esta área, funciona ainda como promotor das *spin-offs* da UBI, estimulando o espírito empreendedor na expectativa de incentivar estudantes e graduados a lançarem as suas próprias empresas, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do país e da região.

As ações previstas para 2015 são as seguintes:

A7.1.1.	Promoção de candidaturas a projetos em consórcio, com empresas e Instituições de Ensino Superior da região, no âmbito do Portugal 2020.
A7.1.2	Realização de Workshops sobre o desenvolvimento de candidaturas a projetos internacionais; Horizonte 2020, Life, Interreg Sudoe, Transfronteiriço e Espaço Atlântico, Cyted e Ações Integradas.
A7.1.3	Estabelecimento de uma área GAPPI integrada na página Web da UBI, com informação sobre as chamadas a projetos, projetos em curso e com os contactos dos investigadores interessados em participar em propostas de novos projetos.
A7.1.4	Dinamização de iniciativas empreendedoras (concurso de ideias e sessões de sensibilização).
A7.1.5	Elaboração de um guia de boas práticas de execução financeira, a ser distribuído pelos investigadores coordenadores de projetos.
A7.1.6	Desenvolvimento, em conjunto com os restantes serviços da UBI, de uma plataforma digital para gestão de projetos.
A7.1.7	Promoção das patentes registadas pela UBI, de modo a obter uma valorização económica, por venda ou cedência de direitos de exploração.
A7.1.8	Promoção e divulgação do empreendedorismo tecnológico e de reuniões com <i>Venture Capitalists</i> , <i>Business Angels</i> e outros (incubadoras, parceiros industriais).
A7.1.9	Elaboração do Guia do Empreendedor.
A7.1.10	Aulas abertas sobre <i>Business Plans</i> e apoio à sua elaboração.
A7.1.11	Organização e realização de eventos de informação e sensibilização, nomeadamente ações de informação, workshops e seminários sobre Propriedade Industrial.
A7.1.12	Redação dos processos de registo da PI (Patentes de Invenção, Modelos de Utilidade, Desenhos ou Modelos).
A7.1.13	Dinamização do funcionamento do UBIMEDICAL como infraestrutura de interface da investigação da área da saúde com as empresas e organizações de saúde.
A7.1.14	Integração gradual dos 3 ^{os} Ciclos de Estudo no âmbito das competências e atividades da Escola Doutoral e ICI (cf. A2.3)



7.2 CFIUTE

O CFIUTE tem-se destacado pela oferta de formação diferenciada e capacidade de resposta às solicitações de formação dos diversos clientes (formação à medida), aliada à qualidade dos seus formadores, motivação e responsabilidade de todos os que integram o Centro e ao facto de possuir excelentes infraestruturas. Nos dois últimos anos trabalhou-se para conseguir uma maior visibilidade junto da comunidade académica e também fora da UBI, o que permitiu alcançar uma maior parcela da população-alvo.

Nesta perspetiva, pretende-se em 2015 reforçar a presença do CFIUTE no contexto regional/nacional, acompanhando a inovação e desenvolvimento de recursos e competências diferenciadas. Esta visibilidade passa pela oferta diferenciada de formação interna e externa.

Em forma de síntese, em 2015 pretende-se desenvolver o seguinte plano de atividades:

A7.2.1	Estruturação dos planos interno e externo de formação profissional.
A7.2.2	Estudo e proposta de modelo de estrutura e posicionamento face à UBI dos serviços de formação profissional, considerando o contexto interno e externo e a necessidade de gerar autonomamente rentabilidade.
A7.2.3	Implementação da Bolsa Interna de Formadores.
A7.2.4	Homologação de cursos no âmbito de higiene e segurança do trabalho junto da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT).
A7.2.5	Acreditação da Universidade da Beira Interior para ministrar formação de Dirigentes na Administração Pública.
A7.2.6	Preparação de candidaturas de modelo formativo aplicável ao tecido empresarial no âmbito nacional e às necessidades formativas internas, conforme as orientações do Plano Horizonte 2020 da CE.
A7.2.7	Criação e renovação de formações de âmbito específico ligadas às atividades físicas e desportivas, Academia Cisco, cloud, Linux, formação pedagógica inicial e contínua de formadores e formação empresarial.
A7.2.8	Acreditação de novos cursos junto do Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC) e a renovação de cursos em prazo de expiração.
A7.2.9	Identificação de novas matérias e áreas de formação a introduzir no plano de formação profissional da UBI que estejam de acordo com as tendências de evolução do conhecimento e da procura.
A7.2.10	Organização da formação de nível executivo para quadros superiores da UBI e de instituições externas, preparação dos respetivos planos de curso e sua implementação.
A7.2.11	Organização de cursos de formação focados no empreendedorismo, com especial relevância para os elementos externos à Universidade.



8. Articulação Regional e Nacional

Neste primeiro ano de mandato, a reitoria procurou coordenar as vontades regionais, cumprindo uma das suas missões. Mais do que um mero observador, a UBI transformou-se num ator mais relevante, procurando congregar vontades e anseios na região próxima, mas também em todo o interior. Prova disso são as múltiplas reuniões com governantes, presidentes de câmara, responsáveis por organizações socioprofissionais de todas as áreas e empresas.

É firme vontade da reitoria continuar e aprofundar este tipo de intervenções que visam dar à região a importância que lhe é devida, funcionando, sempre que necessário, como sua porta-voz. As ações a desenvolver em 2015 são:

- | | |
|--------------|--|
| A8.1. | Participação ativa na implementação dos planos estratégicos definidos pelas duas CIMs da região da Beira Interior. |
| A8.2. | Coordenação do plano de articulação dos hospitais da região. |
| A8.3. | Em parceria com a CFAEBI, oferta de Cursos Não Conferentes de Grau destinados aos professores das escolas da região. |



d) INTERNACIONALIZAÇÃO

9. Captação de Estudantes e Investigadores Estrangeiros

A vertente da internacionalização é hoje uma das prioridades da UBI. A necessidade de encontrar novos mercados para captação de alunos e para a identificação de parceiros para projetos europeus é essencial para a sobrevivência de uma universidade periférica de pequena dimensão.

No que se refere à captação de alunos, o Estatuto do Estudante Internacional e as várias ações-chave do Erasmus+ são as ferramentas disponíveis para a implementação da estratégia.

No ano 2014/15, a UBI recebeu os primeiros 26 alunos internacionais, um número que a coloca como uma das universidades portuguesas que mais alunos recebeu. O impacto da missão efetuada ao Brasil teve uma excelente repercussão mediática (mais de 50 notícias em portais, jornais, rádios e televisões) que atraíram estudantes de 1º ciclo, tal como se pretendia, mas aumentaram igualmente o número de novos estudantes de 2º ciclo (de 11 para 34) e de intercâmbio Santander (de 56 para 78).

Para 2015, as medidas previstas são as seguintes:

9.1 Estudantes

A9.1.1.	Elaboração de candidaturas às várias ações do programa Erasmus +.
A9.1.2.	Implementação de uma rede de informação UBI no Brasil, através de parcerias com Escolas de Ensino Médio.
A9.1.3.	Captação de estudantes internacionais em mercados alternativos ao lusófono (China e Argélia).
A9.1.4.	Reforço da oferta de cursos de Língua Portuguesa para estrangeiros.
A9.1.5.	Participação em feiras internacionais de educação superior no âmbito do protocolo estabelecido com a AICEP.
A9.1.6.	Colocação de graduados da UBI nas empresas e organizações internacionais, através de programas de mobilidade.



9.2. Professores e Investigadores

Uma das críticas recorrentes das Comissões de Avaliação é o reduzido grau de internacionalização do corpo docente da UBI. Para além desta repercussão nas avaliações, a falta de mobilidade internacional reflete-se ainda na reduzida presença em redes internacionais e, conseqüentemente, na integração em projetos internacionais.

Dada a sua influência no ensino-aprendizagem, nas dinâmicas de investigação e na captação de receitas, a aposta na internacionalização do corpo docente é absolutamente fundamental. Nesse sentido, para 2015 são propostas as seguintes medidas:

- | | |
|----------------|---|
| A9.2.1. | Promoção de uma maior divulgação dos programas para mobilidade de docentes atualmente disponíveis e dos novos programas de cooperação com países extracomunitários, em vias de aprovação. |
| A9.2.2. | Incentivo aos investigadores para promoverem a UBI como sede de encontros científicos internacionais. |



II - ORÇAMENTO

1. ENQUADRAMENTO

1.1. Ensino superior

As instituições de ensino superior têm um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado e sustentável do país. Neste sentido, para 2015, a Universidade da Beira Interior prossegue com o cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos na Lei Nº 83-B/2013 e mantidos na Proposta de Lei do Orçamento para 2015, relativas ao funcionamento da Administração Pública.

No contexto do **Ensino Superior** os objetivos nacionais são os seguintes:

- Adequar a oferta formativa em termos de quadros qualificados às necessidades do país, aumentar o sucesso escolar e consolidar a rede de I.E.S. como forma de as tornar mais atrativas e sustentáveis, incentivando a sua consolidação com as unidades orgânicas de maior dimensão, fixando limites mínimos ao número de vagas disponível para cada curso e densificando a figura jurídica do consórcio entre I.E.S.;
- Implementar, em todo o território nacional, os novos cursos superiores de curta duração (Cursos Técnicos Superiores Profissionais) nas instituições de ensino politécnico, com forte inserção regional e com interação obrigatória com as empresas;
- Assegurar a continuidade das políticas de ação social, através da atribuição de bolsas de estudo a estudantes carenciados que tenham aproveitamento académico; promover junto dos candidatos ao ensino superior a oferta educativa das regiões com maior densidade populacional através da criação do programa +Superior; adotar medidas que visem evitar o abandono escolar e promover o reingresso, através da implementação do programa Retomar;



- Reforçar a atratividade das I.E.S. portuguesas para os estudantes estrangeiros, fomentando a captação destes estudantes através do estatuto do estudante internacional.

1.2. Ciência

Ao nível da **Ciência**, são objetivos estratégicos do Governo:

- Reforçar as capacidades de investigação científica e tecnológica em Portugal;
- Aumentar a competitividade internacional do Sistema de Ciência e Tecnologia Nacional, estimular a sua articulação com o tecido empresarial, e incentivar a sua contribuição para a Estratégia de I&D para a Especialização Inteligente de Portugal.

As principais linhas de intervenção para 2015 contidas no Orçamento de Estado são:

- Abertura do 4.º Concurso do Programa Investigador FCT;
- Criação do Programa “Excelência em Investigação Clínica”, em parceria com o Ministério da Saúde;
- Concurso para financiamento de infraestruturas de I&D de interesse estratégico;
- Lançamento do concurso de avaliação das unidades de I&D de acordo com os resultados da avaliação internacional iniciada em 2013.

Na **Estratégia Europa 2020** há a assinalar como ações estruturantes para Portugal:

- *Programa Incentivo* – medida de estímulo à competitividade internacional das entidades do SCTN;
- *Especialização Inteligente* – a Fundação para a Ciência e Tecnologia elaborou a análise SWOT: «Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação: Desafios, Forças e Fraquezas rumo a 2020». Feita em comparação internacional, a análise oferece, pela primeira vez, um retrato nacional, quantitativo e



qualitativo, da evolução do Sistema de I&D&I português na última década, identificando perfis diferenciados de especialização científica e tecnológica nas regiões NUTS II, bem como as redes de cooperação entre produtores e exploradores de conhecimento, constituindo um documento essencial para a prossecução de um dos objetivos da Estratégia 2020 – a «Especialização Inteligente»;

- *Concurso nacional para preparação de candidaturas às Knowledge and Innovation Communities* do European Institute of Technology (EIT), que serão abertas pelo EIT em 2014. Estas candidaturas deverão integrar instituições dos três vértices do triângulo do conhecimento – inovação, educação e investigação (empresas, PME, universidades e institutos de investigação) e deverão ter especial enfoque na mobilidade, no empreendedorismo e no mercado;
- *Concurso para projetos transnacionais* de estímulo à internacionalização da C&T portuguesas e promoção de atividades conjuntas no âmbito de ERA – *Nets, Joint Programming Initiatives* e *Joint Technology Initiatives*;
- *Concurso para o Roteiro Nacional de Infraestruturas I&D* – Portugal irá construir o seu primeiro Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico para sustentar os avanços nas áreas de prioridade nacional e reforçar a capacidade de participação da comunidade de I&D em projetos europeus e internacionais.

1.3. Recrutamento de Recursos Humanos

Relativamente ao **Recrutamento de recursos humanos para as instituições de ensino superior públicas** o plano de Orçamento para 2015 refere:

- No caso de docentes e não docentes, investigadores e não investigadores, as instituições de ensino superior públicas não podem proceder a contratações, independentemente do tipo de vínculo jurídico que venha a estabelecer-se, se as mesmas implicarem um aumento do valor total de remunerações dos



trabalhadores docentes, investigadores e não docentes e não investigadores da instituição em relação ao valor referente a 31 de dezembro de 2014, ajustado de acordo com redução a remuneratória prevista no art.º 2º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro;

- Em situações excecionais, e sob autorização conjunta dos Ministérios das Finanças, da Administração Pública e do Ensino Superior, será possível a contratação para além do limite estabelecido, desde que cumulativamente se observem os seguintes requisitos, fixando, caso a caso, o número de contratos a celebrar e o montante máximo a despendar:
 - Se for demonstrada a existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência de recursos humanos no sector de atividade a que se destina o recrutamento;
 - Impossibilidade de ocupação de postos de trabalho em causa nos termos previstos no nº 4 do art. 30º da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, ou por recurso a pessoal contratado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade.
 - No âmbito da missão e atribuições das I.E.S., o limite da massa salarial não abrange a contratação de docentes e investigadores, por tempo indeterminado ou indeterminável, para a execução de programas, projetos e prestações de serviços suportados exclusivamente por receitas transferidas da FCT ou receitas próprias dos mesmos programas, projetos ou prestações de serviços;
- Durante o ano de 2015 a orçamentação das remunerações é realizada com base nos pressupostos assumidos no Documento de Estratégia Orçamental (DEO 2014-2018), sendo aplicável 80% da redução remuneratória prevista na Lei do OE para 2014.
- Durante o ano de 2015, o subsídio de Natal é pago mensalmente, por duodécimos, apurando-se mensalmente com base na remuneração relevante para o efeito, nos termos legais, após a redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro;
- Mantém-se em 23,75% a taxa relativa ao encargo patronal para a CGA;



- Permite-se o posicionamento remuneratório de acordo com a mobilidade interna e ou inter-carreiras.

1. 4. Financiamento das Universidades Portuguesas

O nível do financiamento das Universidades Portuguesas tem vindo a decrescer nos últimos anos para níveis que tornam cada vez mais difícil o cumprimento de objetivos e metas traçados nos Planos Plurianuais das Universidades Portuguesas.

A tabela e o gráfico que a seguir se apresentam ilustram a situação e evidenciam os cortes muito significativos ocorridos desde o ano de 2008:

Evolução da dotação OE para o Orçamento de Funcionamento das Universidades Públicas - 2005 a 2014

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Atualização salarial	2,2%	1,5%	1,5%	2,1%	2,9%	0,0%	-8,0%	-14,0%	-8,0%	Sem inform.
Contribuição para a CGA	0%	0%	7,5%	11,0%	11,0%	15,0%	15,0%	15,0%	20,0%	23,75%

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Financiamento real do estado para as Universidades Públicas (excluindo SAS), em termos comparáveis a 2005	745.790.550 €	730.092.079 €	636.651.037 €	610.958.604 €	621.610.065 €	690.029.725 €	651.915.870 €	602.025.013 €	545.136.257 €	578.070.095 €*

*conforme comunicado pelo Ministério

Tabela 1 - Evolução da dotação OE para o Orçamento de Funcionamento das Universidades Públicas - 2005 a 2014

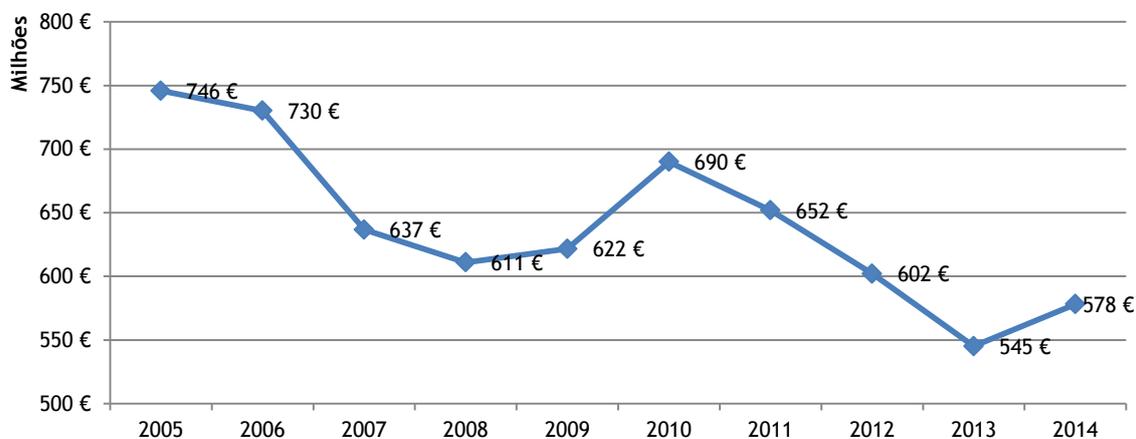


Gráfico 1 - Evolução da dotação OE para o Orçamento de Funcionamento das Universidades Públicas - 2005 a 2013

Notas - Os dados de 2012 e 2013 apresentados são oficiosos. O referente a 2014 foi comunicado pelo Ministério.

A série representa o financiamento real do Estado para as Universidades Públicas, em termos comparáveis a 2005.

Tendo por base a dotação OE atribuída em 2005, calcularam-se as dotações reais nos anos subsequentes, considerando a variação nominal das dotações atribuídas e o impacto real de atualizações salariais, de aumentos das contribuições para a CGA e TSU, bem como de cortes na dotação em virtude de cativações, despesas com a FCCN, reduções salariais e alterações do pagamento dos subsídios de férias e de Natal. Por exemplo, se de um ano para o seguinte existe um aumento nominal de 1% na dotação atribuída, mas também um aumento de 3% nas remunerações do pessoal, então a dotação real das Universidades terá diminuído cerca de 2%.

Esta análise não considerou o impacto da evolução dos preços de bens e serviços no orçamento das Universidades.

Por último, deve referir-se que o aumento verificado em 2014, na ordem dos 33 milhões de euros, deriva do reforço orçamental que foi feito às Universidades Portuguesas para pagar os meses de salários sem cortes e subsídios de férias, decorrentes das decisões do Tribunal Constitucional.



2. ORÇAMENTO DA UBI PARA 2015

O presente orçamento reflete as orientações fundamentais estabelecidas nas Grandes Opções do Plano até 2015, na Estratégia EU 2020, no Plano de Desenvolvimento Estratégico para a Universidade da Beira Interior 2012-2020 e no Plano de Ação 2013-17, aprovado pelo Conselho Geral.

2.1. Linhas Orientadoras

As principais linhas orientadoras do Orçamento da UBI para 2015 são as que se enunciam:

- Gestão racional dos fundos disponíveis transferidos;
- Prudência nas decisões com repercussões financeiras, tendo em conta o ambiente envolvente e institucional de incerteza;
- Reforço da qualidade na informação financeira, garantindo as suas principais características, a saber:
 - *Compreensibilidade* na análise;
 - *Relevância* para a tomada de decisão;
 - *Confiabilidade* para representação rigorosa da situação;
 - *Integralidade*, devendo ser completa, dentro dos limites de materialidade e custo;
 - *Comparabilidade* para garantir a correção na análise;
 - *Tempestividade* para obter informação confiável e oportuna para a decisão.
- Sustentabilidade orçamental, através de um modelo de gestão orientado para o equilíbrio entre custos e proveitos;
- Compromisso de boa execução orçamental e financeira relativamente a previsões mensais/ anuais de execução orçamental (receita e despesa);
- Compromissos e pagamentos até 90 dias;
- Execução financeira efetiva
- Outras orientações serão conhecidas com a publicação do decreto de execução orçamental.



A dotação do OE 2015 apresenta uma redução prevista de 8.12% face à de 2014, como consequência das medidas aprovadas em sede do OE, num valor da ordem dos 1.805.049 €.

O diferencial entre as transferências do OE e o total das despesas de pessoal, que terá de ser integralmente suportada pelas receitas próprias da Universidade da Beira Interior é de cerca de 7.577.611€. A receita proveniente do OE 2014 permitirá suportar apenas 72,94% das despesas totais com pessoal da Universidade, considerando as orientações dadas para a orçamentação das despesas com pessoal emanadas no ponto 30 da Circular Série A n.º 1376 da DGO, que condicionou a elaboração dos orçamentos para 2015.

Considerando o quadro de rigor e contenção de despesas, em linha com as alterações na estrutura de processos financeiros, a Universidade da Beira Interior, na expectativa de manter e reforçar, a excelência e a qualidade de ensino e dos serviços prestados, pretende manter o nível de apoio às suas Faculdades, atribuindo as mesmas verbas do ano transato, pelo que o exercício de 2015 trará desafios acrescidos à gestão da Universidade.

Assim, na perspetiva orçamental para 2015, a Universidade estrategicamente objetivará:

- A introdução de uma cultura de rigor orçamental e de contenção de custos que, não colocando em causa o normal decurso das atividades, responsabilize os decisores pelas ações assumidas;
- A procura da diversificação das fontes de financiamento que possibilitem o reforço da componente ensino, o incremento da excelência na investigação e a realização dos investimentos considerados prioritários;
- A adoção de novas medidas tendentes a racionalizar os consumos energéticos;
- Efetuar *outsourcing* de algumas atividades de suporte quando as necessidades em pessoal e a análise custo/benefício demonstrarem ser essa a melhor opção para a Universidade.



2.2. Financiamento da UBI

Na tabela seguinte é possível observar as variações reais ocorridas nas parcelas recebidas do OE, depois de corrigidos os efeitos da redução remuneratória ou de acréscimos de descontos, como o que ocorreu com a CGA.

Como se observa, nos últimos 4 anos a parcela transferida do OE tem vindo a diminuir significativamente, registando, entre 2010 e 2014, uma redução de cerca de 8 milhões de euros.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
UBI	21.098.385,00	21.818.347,00	20.237.352,00	21.569.258,00	25.054.112,00	28.034.061,00	24.080.746,00	18.973.272,00	22.098.368,00	22.225.520,00	20.420.471,00
Atualização Salarial	2,2%	1,5%	1,5%	2,1%	2,9%	0,0%	-8,0%	-14,0%	-8,0%	Seminf.	Seminf.
Taxa de contribuição para a CGA	0%	0%	7,5%	11,0%	11,0%	15,0%	15,0%	15,0%	20,0%	23,75%	23,75%
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Variação "nominal" da dotação OE entre N e N-1 (1)		719.962,00	-1.580.895,00	1.331.906,00	3.484.854,00	2.969.949,00	-3.943.315,00	-5.107.474,00	3.125.096,00	127.152,00	-1.805.049,00
Acréscimo encargos de UBI (Salários + Contribuições CGA) (2)		414.778,87	1.865.872,27	1.871.741,00	1.403.167,08	1.034.700,71	-1.418.747,74	-3.670.727,00	4.608.474,52	1.092.272,48	-3.204.774,00
Variação "real" da dotação OE entre N e N-1 (3)		305.183,13	-3.446.767,27	-539.835,00	2.081.686,97	1.935.248,29	-2.524.567,26	-1.436.747,00	-1.483.378,52	-965.120,48	1.399.725,00
Cálculos: (3)=(1)-(2)											

Tabela 2 - Evolução real da Dotação OE até 2012 - atualizações salariais e contribuições CGA em 2013 - Diminuição no financiamento devido a reduções salariais e cativações

A dotação de Orçamento de Estado para a Universidade da Beira Interior, em linha com o sucedido nas restantes instituições de ensino superior, foi fixada em Agosto de 2013 no valor de 22.226.094 €. Posteriormente, sofreu uma redução inclusa no orçamento de estado de 2014, que correspondeu a um corte de financiamento de 8,31%, fixando-se num total de 20.262.439 €. Face às reposições salariais determinadas pelo Tribunal Constitucional, o orçamento atribuído à UBI foi reforçado fixando-se num total de 22.225.520.00€.



2.3. Orçamento da UBI

Continuará a UBI, em 2015, em concordância com toda a Administração Pública, a sentir o efeito extremamente exigente das medidas de ajustamento, definidas pelo Governo, para assegurar o processo de consolidação orçamental e o cumprimento das metas estabelecidas para reverter o défice do Estado, tal como se prevê nas Grandes Opções do Plano 2012-2015.

2.3.1. Considerações Gerais

Compete aos vários serviços da Universidade assegurar a gestão de atividades de suporte às atividades primárias da instituição, contribuindo, assim, para que a docência e a investigação realizem os seus objetivos com eficácia, através duma gestão eficiente dos recursos disponibilizados aos utilizadores em instalações, capital humano, equipamentos e outros bens ou consumíveis.

Igualmente, garantem a fluidez eficiente da informação e dos suportes a toda a atividade, tecnológicos ou de processamento manual, bem como o correto relato contabilístico e orçamental da sua atividade, não só para dar suporte à governação da UBI, mas também dar resposta às exigências legais de ordem governamental.

O equilíbrio financeiro que a Universidade tem apresentado constitui-se como elemento essencial de orientação para a atividade futura, que deverá estar sempre sustentada nesta prerrogativa básica de sustentabilidade e garantia de continuidade. As dificuldades de captação de financiamento pelos meios tradicionais, nomeadamente através das transferências do Estado, são cada vez mais postas em causa, pelo que uma gestão prudente e prevenida deverá assegurar, de forma atempada, a introdução de um conjunto de ações que assegure a captação de financiamento através de novas fontes pela consolidação da qualidade do ensino e da investigação, devendo esta ser vista como um marco diferenciador e uma potencial vantagem competitiva.

A mais-valia que a UBI constitui, por si só, ao serviço da formação e investigação nacional e internacional, é altamente potenciada pelo papel único que tem como instrumento de desenvolvimento para o Interior e para toda a região. Tal objetivo poderá atingir-se mediante o estreitamento e reforço das parcerias com as



instituições de ensino superior da região, nomeadamente universidades da região centro (Coimbra, Aveiro e o arco do interior - Évora e UTAD -, e os estabelecimentos de ensino politécnico da Guarda e Castelo Branco).

2.3.2. Orçamento para 2015

A dotação do OE para 2015 não teve em conta a Circular n.º 1376 da Direção Geral Orçamento, que publica as “*Instruções para preparação do Orçamento do Estado para 2015*”, onde se prevê a reposição de 20% das reduções remuneratórias e a não redução nas remunerações inferiores a 1.500€.

A dotação atribuída para 2015 representa cerca de 92% do OE corrigido para 2014 - verificando-se uma variação de menos 8%.

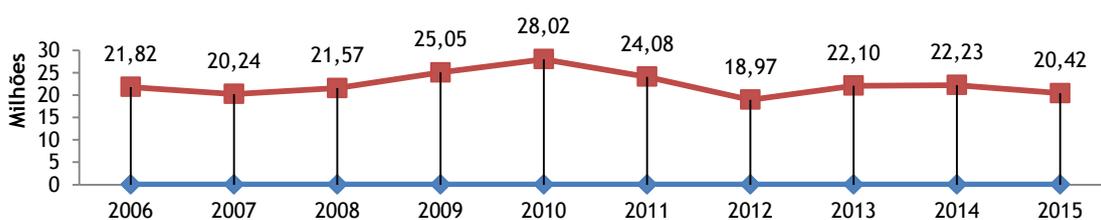


Gráfico 2 - Dotação atribuída 2015

A análise da relação entre a dotação do OE atribuída para 2015 e o total das despesas com o pessoal a executar permite identificar um défice de 33,0%. A mesma relação, com as Remunerações Certas e Permanentes, evidencia um défice de 7,7%.

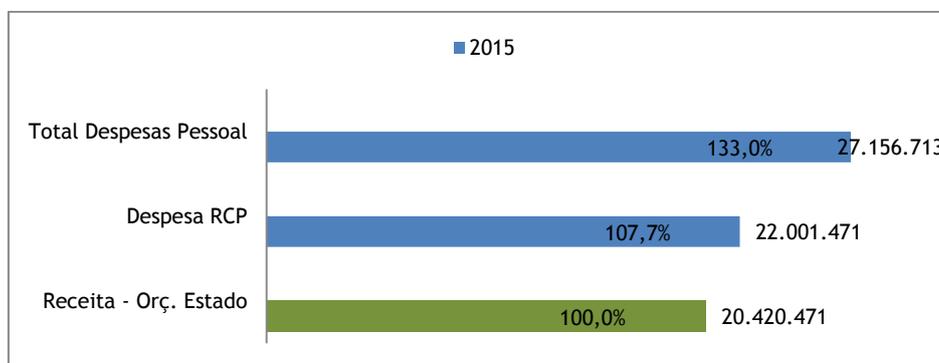


Gráfico 3 - Relação entre dotação OE 2015 e total de despesas com pessoal, remunerações certas e permanentes e receita OE.



Atendendo à necessidade de acomodar a despesa, em equilíbrio com a receita inscrita (face à exiguidade da verba atribuída em OE), não foram inscritas no orçamento de 2015 despesas no montante de 2.400.000€, das quais 1.900.000€ referentes a despesas de pessoal e as restantes referentes a despesas de funcionamento.

Despesa 2015

Capítulos		Inscrito	Execução Prevista	Variação
Despesas Correntes		30.078.895	33.035.382	9,83%
1	Despesas com Pessoal	25.200.226	27.156.713	7,76%
02.01	Aquisição de bens	1.042.558	1.042.558	0,00%
02.02	Aquisição de serviços	2.512.589	3.012.589	19,90%
4	Transferências Correntes	1.120.720	1.620.720	44,61%
6	Outras despesas	202.802	202.802	0,00%
Despesas Capital		406.835	1.406.835	245,80%
Total		30.485.730	34.442.217	12,98%

Tabela 3 - Despesa 2015



Receita Inscrita 2015

Classificação Económica		FF	Designação	Previsão	Peso %
06 03 01	29.77	311	UBI	20.420.471	66,98%
04 01 22	01.00	510	Taxas - Propinas -1.º ciclo	3.623.733	11,89%
04 01 22	02.00	510	Taxas -Propinas -2.º ciclo	1.085.667	3,56%
04 01 22	03.00	510	Taxas -Propinas -3.º ciclo	650.000	2,13%
04 01 22	04.00	510	Taxas -Propinas -Mestrado Integrado	2.030.000	6,66%
04 01 22	05.00	510	Taxas -Propinas - Internacional	100.000	0,33%
04 01 22	06.00	510	Taxas -Propinas - Outros	3.100	0,01%
04 01 99	00.00	510	Taxas - outras	440.000	1,44%
04 02 99	00.00	510	Multas	1.000	0,00%
05 03 02	00.00	510	Rend. Propriedade - Ad. Central - Estado - IGCP	55.000	0,18%
05 10 03	00.00	510	Rend. Propriedade - Habitações	100.000	0,33%
06 01 02	00.00	510	Trans. Privadas	400.000	1,31%
06 07 01	00.00	510	Inst. Sem fins Lucrativos	5.000	0,02%
06 09 01	00.00	510	União Europeia - Instituições	35.000	0,11%
06 09 05	00.00	510	Países terceiros e Org. Internacionais	20.000	0,07%
07 01 02	00.00	510	Livros e documentação técnica	4.000	0,01%
07 01 03	00.00	510	Publicações e impressos	60.000	0,20%
07 01 08	00.00	510	Mercadorias	7.500	0,02%
07 01 99	00.00	510	Outros bens	15.000	0,05%
07 02 01	00.00	510	Aluguer de espaços e equipamentos	110.000	0,36%
07 02 02	00.00	510	Estudos, pareceres, projectos e consultoria	200.000	0,66%
07 02 03	00.00	510	Vistorias e ensaios	5.000	0,02%
07 02 04	00.00	510	Serviços de laboratório	5.000	0,02%
07 02 08	00.00	510	Serviços Sociais, recreativos, culturais e desporto	20.000	0,07%
07 02 99	00.00	510	Outros Serviços	80.000	0,26%
07 03 99	00.00	510	Outras	15.000	0,05%
08 01 99	00.00	510	Outras receitas correntes	30.000	0,10%
06 03 07	52.98	319	Transf. Correntes - FCT	23.260	0,08%
10 03 08	52.98	319	Transf. Capital - FCT	437.292	1,43%
06 03 08	53.09	359	Transf. Correntes - U. Coimbra	171	0,00%
10 03 09	52.98	359	Transf. Capital - FCT	63.515	0,21%
06 09 01	00.00	412	Transf. Correntes	318.466	1,04%
08 02 09	00.00	442	Transf. Correntes	122.555	0,40%
				30.485.730	100,00%

Tabela 4 - Receita inscrita 2015



EVOLUÇÃO DE ORÇAMENTOS - Origem e Aplicação de Fundos

Mapa da Origem de Fundos - 2009 a 2015

	2009	Peso %	2010	Peso %	2011	Peso %	2012	Peso %	2013	Peso %	2014	Peso %	2015	Peso %
Saldos da Gerência Anterior	1.712.002	4,3%	7.227.506	15,2%	8.743.416	17,7%	8.763.348	19,0%	11.141.075	23,5%	10.807.022	23,1%	6.428.670	17,4%
Orçamento Estado	25.054.112	62,5%	28.024.061	58,9%	24.080.746	48,6%	18.973.272	41,2%	22.098.368	46,6%	22.225.520	47,6%	20.420.471	55,3%
PIDDAC	647.500	1,6%	400.000	0,8%	72.917	0,1%	175.000	0,4%	175.000	0,4%	87.500	0,2%	0	0,0%
Receitas Próprias	7.871.705	19,6%	8.842.191	18,6%	8.949.312	18,1%	8.903.767	19,3%	9.023.018	19,0%	8.903.767	19,1%	9.100.000	24,7%
Projetos	4.812.695	12,0%	3.076.289	6,5%	7.667.255	15,5%	9.244.345	20,1%	4.935.223	10,4%	4.685.463	10,0%	965.259	2,6%
Total	40.098.014	100,0%	47.570.047	100,0%	49.513.645	100,0%	46.059.732	100,0%	47.372.684	100,0%	46.709.272	100%	36.914.400	100,0%

Tabela 5 - Mapa da Origem de Fundos - 2009 a 2015

Note-se que tanto o orçamento de 2014 como o saldo inicial de 2015 são previsionais.

Gráfico da Origem de Fundos - 2009 a 2015

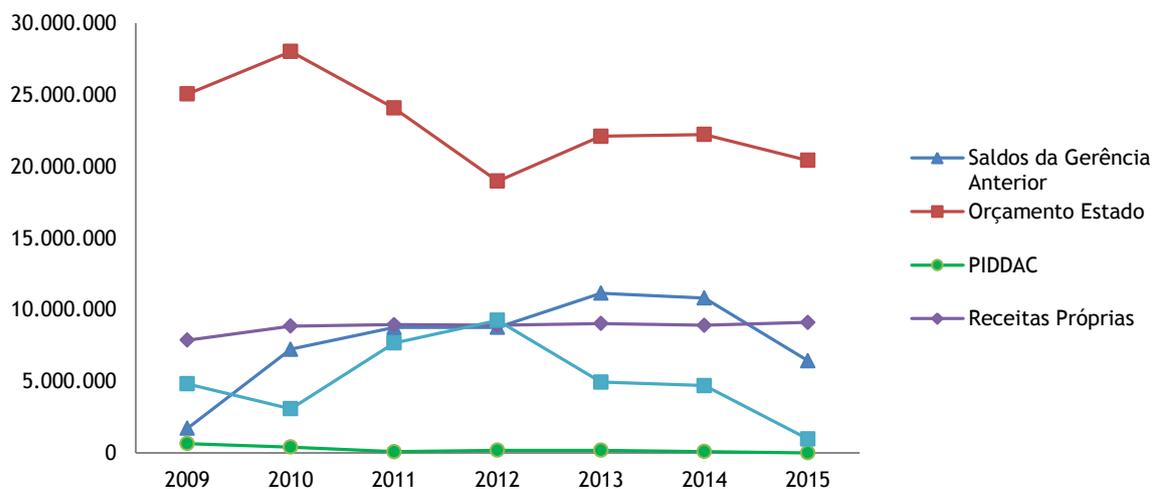


Gráfico 5 - Origem de Fundos - 2009 a 2015



Mapa da Aplicação de Fundos

	2009	Peso %	2010	Peso %	2011	Peso %	2012	Peso %	2013	Peso %	2014	Peso %	2015	Peso %
Pessoal	27.496.955	68,57%	28.554.841	60,03%	26.859.733	54,25%	23.084.286	50,12%	27.627.366	58,32%	27.752.082	59,41%	27.156.713	73,57%
Bens e Serviços	4.561.824	11,38%	5.316.895	11,18%	5.261.103	10,63%	8.209.317	17,82%	6.704.606	14,15%	6.769.774	14,49%	5.878.669	15,93%
Correntes	32.058.779	79,95%	33.871.736	71,20%	32.120.836	64,87%	31.293.603	67,94%	34.331.972	72,47%	34.521.856	73,91%	33.035.382	89,49%
Edifícios	-		-		882.445	1,78%	1.628.249	3,54%	125.314	0,26%		0,00%		0,00%
Construções Diversas	112.212	0,28%	128.985	0,27%	1.213.538	2,45%	1.190.940	2,59%	674.079	1,42%	842.129	1,80%	194.660	0,53%
Material Informático	130.641	0,33%	679.157	1,43%	505.206	1,02%	307.504	0,67%	721.277	1,52%	1.231.953	2,64%	63.357	0,17%
Maquinaria e Equipamento	93.243	0,23%	74.982	0,16%	51.872	0,10%	42.948	0,09%	46.385	0,10%	79.592	0,17%	114.648	0,31%
Equipamento Básico	510.309	1,27%	4.071.771	8,56%	5.976.400	12,07%	451.721	0,98%	666.635	1,41%	3.605.072	7,72%	1.034.170	2,80%
Inv. Incorpóreos				0,00%		0,00%	3.692	0,01%		0,00%		0,00%		0,00%
Investimentos	846.405	2,11%	4.954.895	10,42%	8.629.461	17,43%	3.625.054	7,87%	2.233.690	4,72%	5.758.746	12,33%	1.406.835	3,81%
Total das Despesas	32.905.184	82,06%	38.826.631	81,62%	40.750.297	82,30%	34.918.657	75,81%	36.565.662	77,19%	40.280.602	86,24%	34.442.217	93,30%
Saldo	7.192.832	17,94%	8.743.416	18,38%	8.763.348	17,70%	11.141.075	24,19%	10.807.022	22,81%	6.428.670	13,76%	2.472.183	6,70%
Total	40.098.016	100,00%	47.570.047	100,00%	49.513.645	100,00%	46.059.732	100,00%	47.372.684	100,00%	46.709.272	100,00%	36.914.400	100,00%

Tabela 6 - Mapa da Aplicação de Fundos

Gráfico da Aplicação de Fundos

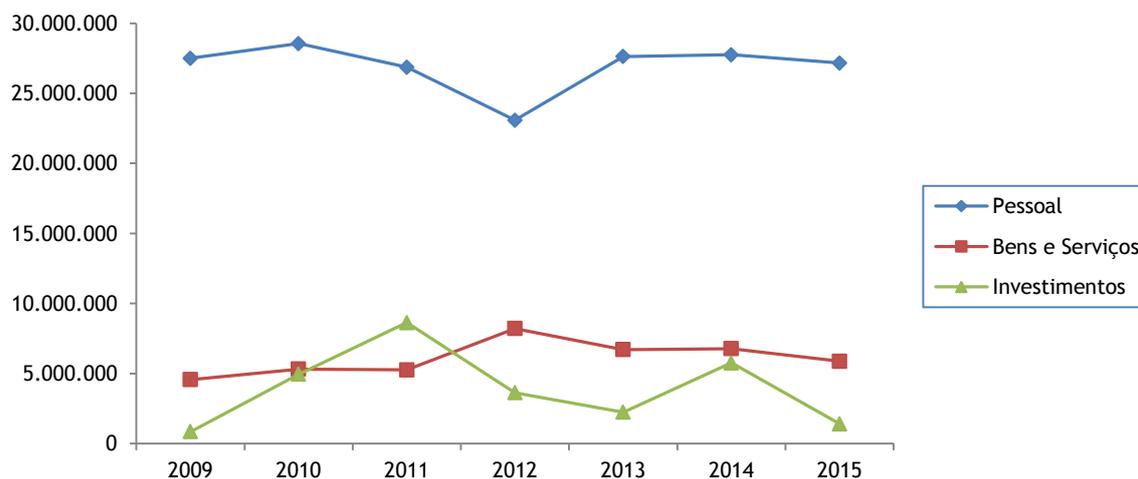


Gráfico 6 - Aplicação de Fundos

Comparando a **Origem de Fundos** com a **Aplicação de Fundos**, pode facilmente concluir-se que o orçamento inscrito no SOE - Sistema de Orçamento de Estado para



2015, tal como foi imposto pelo governo, não corresponde às necessidades reais de financiamento da Universidade.

Aguardar-se-á que, ao longo do ano, seja reforçada a dotação atribuída para que possa manter-se o **equilíbrio orçamental** exigido legalmente.

Estrutura da Receita - Comparação 2014 vs 2015

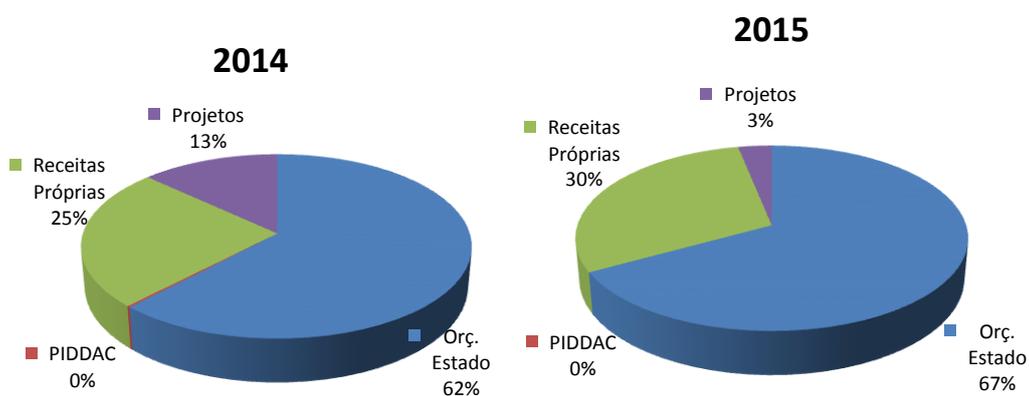


Gráfico 7 - Estrutura da Receita - Comparação 2014 vs. 2015

Receita 2014 vs 2015

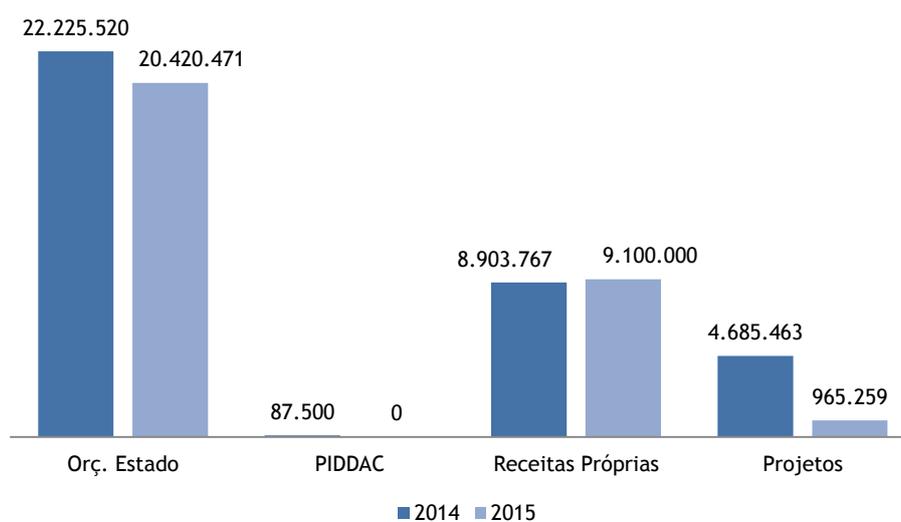


Gráfico 8 - Receita 2014 vs. 2015



Comparando a execução orçamental de 2014 (ainda previsional), com a execução prevista para 2015, destaca-se a não existência da verba PIDDAC e um forte decréscimo na execução dos projetos dada a previsível conclusão de alguns deles em 2014. Por outro lado, constata-se a finalização do Quadro Comunitário de Apoio (2007/2014) e a dificuldade de prever o início dos financiamentos do Horizonte 2020.

Despesa 2014 vs 2015

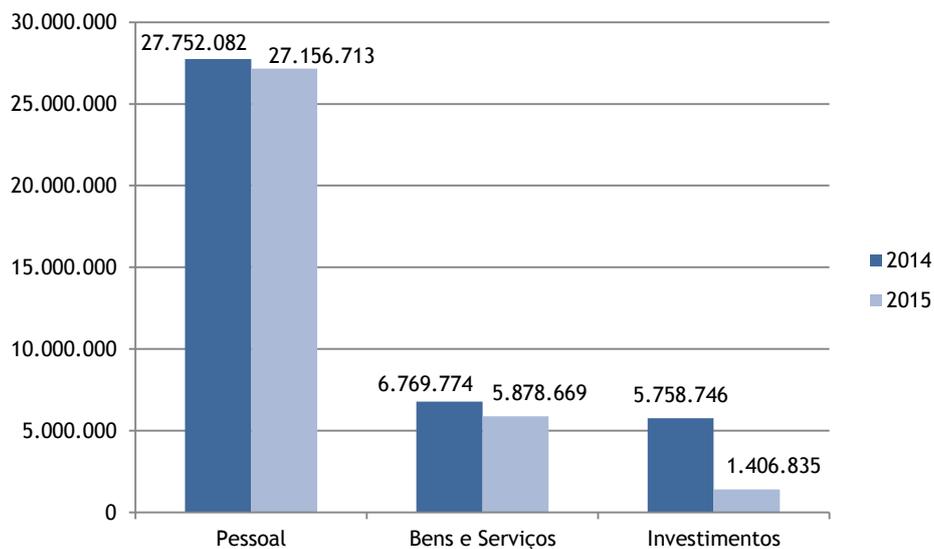


Gráfico 9 - Despesa 2014 vs. 2015

Em relação à Despesa prevista para 2015, quando comparada com 2014 pode notar-se uma ligeira redução nas despesas de pessoal e em aquisição de bens e serviços.



2.4. Orçamento dos S.A.S.U.B.I.

2.4.1 Análise Orçamental

A Evolução da execução orçamental dos SASUBI nos últimos anos é a que se apresenta no seguinte quadro:

		2009	2010	2011	2012	2013	2014(*)	2015(**)
1.	Pessoal	1.298.506	1.195.722	1.149.215	1.027.424	1.077.252	1.043.309	921.823
2.	Despesas Correntes (2.1+2.2)	5.521.831	5.260.814	1.662.661	1.554.164	1.504.468	1.600.918	1.651.669
2.1.	Funcionamento	1.282.630	1.377.829	1.491.616	1.457.379	1.385.969	1.488.717	1.554.551
2.2.	Transf. e Out. Despesas Corr.	4.239.201	3.882.985	171.045	96.785	118.499	112.201	97.118
3.	Capital	97.026	202.795	164.338	142.949	75.653	71.691	76.508
4.	TOTAL (1+2+3)	6.917.363	6.659.331	2.976.214	2.724.537	2.657.373	2.715.918	2.650.000
5.	Receitas Próprias	1.626.683	1.696.592	1.782.835	1.724.437	1.840.109	1.726.842	1.750.000
%	Peso das Receitas Próprias	23,5%	25,5%	59,9%	63,3%	69,2%	63,6%	66,0%

Tabela 7 - Evolução da Execução orçamental SASUBI

* - Valores previsionais

** - Orçamento 2015

Da sua análise pode concluir-se que:

- Existe um trajeto de redução nas Despesas com Pessoal, como consequência dos cortes nas remunerações, maioritariamente explicada pela aposentação de alguns colaboradores;
- As despesas de funcionamento continuam a mostrar uma tendência de subida nos valores previstos para 2015 devido não só às reiteradas restrições orçamentais legalmente impostas nas instruções da DGO de elaboração orçamental para 2015, como também aos acréscimos previstos para 2015 no que respeita a despesas com os consumos energéticos;
- Previsão de um ligeiro acréscimo das receitas próprias para 2015.



2.4.2 Estrutura da Receita

O quadro e gráficos seguintes descrevem a tipologia de Receitas dos SASUBI e a previsão para 2015, relacionada com o ano de 2014

Tipos de Receitas	2014	Var. %	2015
1 - Estado	989.076,00	-9%	900.000,00
2 - Total OE	989.076,00	-9%	900.000,00
3 - Participação Portuguesa Projetos Comunitários	6.842,00		0,00
4 - Produtos Alimentares e Bebidas	740.286,00	-5%	703.362,00
5 - Aluguer de Espaços e Equipamentos	139.053,00	13%	157.687,00
6 - Atividades de Saúde	9.398,00	-30%	6.534,00
7 - Alimentação e Alojamento	816.659,00	6%	869.737,00
8 - Outros	14.604,00	-13%	12.680,00
9 - Total das Receitas Próprias (3+4+5+6+7+8)	1.726.842,00	1%	1.750.000,00
10 - Total do Orçamento (2+9)	2.715.918,00	-2%	2.650.000,00

Tabela 8 - Receita SASUBI - variação 2014-2015

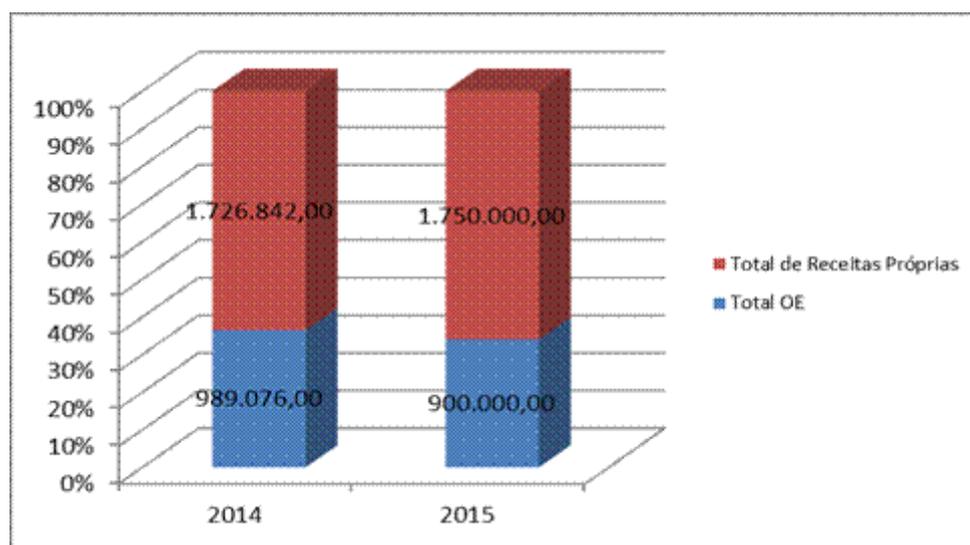


Gráfico 10 - Receita SASUBI - variação 2014-2015



Da sua análise resultam as seguintes conclusões:

- Ligeiro aumento das verbas relativas a receita de alojamento e de aluguer de espaços e equipamentos;
- Redução significativa das receitas relativas a atividades em saúde;
- Diminuição da verba prevista em OE devido, principalmente, à diminuição de pessoal.

2.4.3 Estrutura da Despesa

O quadro e gráfico que se seguem descrevem a tipologia das Despesas dos SASUBI e a previsão para 2015, relacionada com o ano de 2014.

Tipos de Despesa	2014	Var. %	2015
1 - Remunerações Certas e Permanentes	759.633,00	0%	757.992,00
2 - Abonos Variáveis e Eventuais	69.870,00	0%	0,00
3 - Segurança Social	159.573,00	-11%	142.008,00
4 - Total das Despesas com o Pessoal OE (1+2+3)	989.076,00	-9%	900.000,00
5 - Remunerações Certas e Permanentes	46.380,00	-99%	520,00
6 - Abonos Variáveis e Eventuais	380,00	276%	1.430,00
7 - Segurança Social	7.473,00	166%	19.873,00
8 - Total das Despesas com o Pessoal RP (5+6+7)	54.233,00	-60%	21.823,00
9 - Total das Desp c/ Pessoal RP+OE (4+8)	1.043.309,00	-12%	921.823,00
10 - Aquisição de Bens	657.638,00	6%	694.129,00
11 - Aquisição de Serviços	831.079,00	4%	860.422,00
12 - Transferências Correntes	92.041,00	6%	97.118,00
13 - Outras Despesas	20.160,00	-100%	0,00
14 - Total das Despesas Correntes RP (10+11+12+13)	1.600.918,00	3%	1.651.669,00
15 - Investimentos	71.691,00	7%	76.508,00
16 - Total das Despesas RP (8+14+15)	1.726.842,00	1%	1.750.000,00
17 - Total do Orçamento (4+15)	2.715.918,00	-2%	2.650.000,00

Tabela 9 - Despesa SASUBI - variação 2014-2015

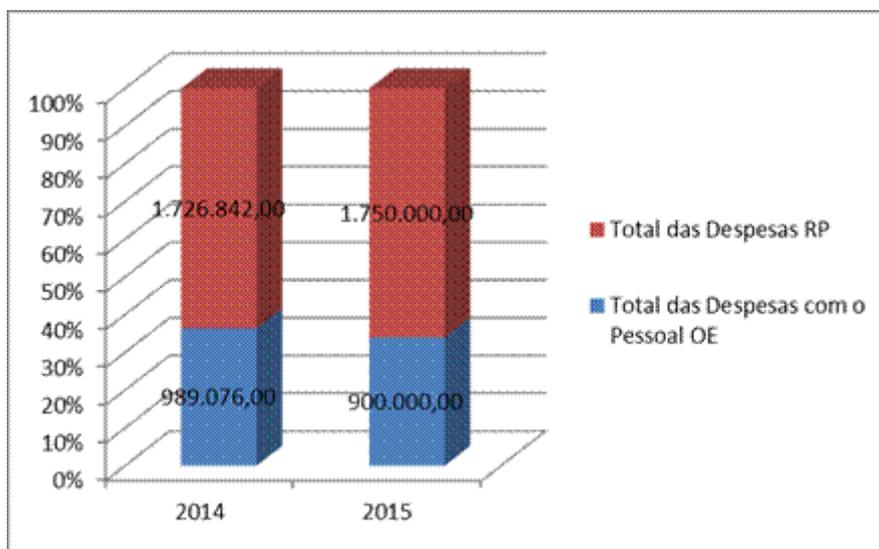


Gráfico 11 - Despesa SASUBI - variação 2014-2015

Analisando as componentes da despesa é possível verificar:

- Diminuição da despesa suportada pelo OE proporcionalmente com o aumento da despesa suportada por receitas próprias, decorrentes dos aumentos verificados nos descontos para a CGA e Segurança Social;
- Ligeiro incremento da despesa com aquisição de bens e serviços;
- Aumento ligeiro nas despesas correspondentes a transferências correntes;
- Ligeiro incremento da rubrica de investimentos.



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Covilhã | Portugal



3. MAPAS DE PESSOAL

3.1. Mapas de Pessoal da UBI

Mapa do Pessoal Docente

Categoria	FAL	Ciências	Engenharias	FCSaúde	FCSHumanas	Total 2015
Professor Catedrático por Tempo Indeterminado em Regime Tenure	3	6	10	4	5	28
Professor Catedrático Convidado			0			0
Professor Associado c/ Agregação por Tempo Indeterminado em Regime Tenure	3	1	6		6	16
Professor Associado por Tempo Indeterminado em Regime Tenure	3	12	7	11	5	38
Professor Associado Convidado c/ Agregação			1	1		2
Professor Associado Convidado				36		36
Professor Auxiliar por Tempo Indeterminado c/ agregação	1	3	2	1	2	9
Professor Auxiliar por Tempo Indeterminado	18	60	50	15	34	177
Professor Auxiliar Convidado	9		8	21	3	41
Professor Auxiliar por Tempo Indeterminado em Período Experimental	9	14	17	8	14	62
Assistente	3		3	2	4	12
Assistente Convidado	17		9	235	14	275
Leitor	4					4
Total	70	96	113	334	87	700

Tabela 10 - Pessoal Docente



Mapa do Pessoal Não Docente

CATEGORIA	Com. Serviço		CTTP - T. Ind		CTTP - T. Certo		Projetos		Total	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Administrador	1	1							1	1
Chefe de Divisão	9	11							9	11
Diretor de Serviço	1	2							1	2
Téc. Medicina			3	3					3	3
Informáticos			24	27	1				25	27
Técnicos Superiores			63	76			1	2	64	78
Assistentes Técnicos e Coordenadores Técn.			86	90					86	90
Assistentes Operacionais			67	70					67	70
TOTAIS	11	14	243	266	1		1	2	256	282

Tabela 11 - Pessoal não Docente

Como se observa nos mapas antecedentes pretende-se reforçar o quadro de pessoal docente em cerca de 18 lugares, perspetivando-se, em breve, o decurso dos respetivos processos concursais.

No que se refere ao pessoal não docente, decorrem processos concursais ou de mobilidade que permitirão reclassificar 12 colaboradores e abrir outros tantos concursos de ingresso se a disponibilidade financeira assim o permitir.

3.2. Mapas de Pessoal dos SASUBI

Categoria	2014	2015
Técnico Superior	5	4
Assistente técnico	8	7
Assistente Operacional	64	60
TOTAL	77	71

Tabela 12 - Pessoal SASUBI

Da análise do mapa de pessoal evidencia-se a diminuição de 6 colaboradores de 2014 para 2015, mantendo-se a tendência que se tem verificado nos últimos anos, derivada da aposentação de colaboradores, não substituídos devido às restrições contidas nas diferentes disposições legislativas, mas que, em 2015, se procurará sanar, através da abertura de processos concursais, no quadro da disponibilidade financeira existente.